

## **Declaração de Roma**

### **Congresso Global “Child Dignity in the Digital World” (A dignidade do menor de idade no mundo digital)**

**6 de outubro de 2017**

#### **Papa Francisco -- “pode-se julgar a sociedade pelo modo como as crianças são tratadas.”**

A vida de cada criança é única, importante e preciosa, e cada criança tem direito à dignidade e à segurança. Hoje, no entanto, a sociedade global falha profundamente em proteger suas crianças. Milhões de menores de idade são abusados e aproveitados nos modos mais trágicos e indescritíveis, em uma medida sem precedentes, em todo o mundo.

Os progressos tecnológicos exponenciais e suas integrações em nossas vidas cotidianas não estão mudando somente o que fazemos e como o fazemos, mas também quem somos. Grande parte do impacto destas mudanças é decisivamente positivo. Todavia, devemos afrontar o lado obscuro deste novo mundo, um mundo que permite um grande número de males sociais capazes de ferir os membros mais vulneráveis da sociedade.

Embora seja incontestável que a Internet crie muitos benefícios e múltiplas oportunidades em termos de inclusão social e nível de educação, hoje em dia o conteúdo cada vez mais extremo e desumanizante é literalmente ao alcance das mãos das crianças. A proliferação das mídias sociais implica que atos insidiosos, como o cyberbullying, o assédio e o sextortismo, estejam se tornando cada vez mais comuns. Especificamente, a escala e o alcance da exploração sexual de menores e a exploração on-line são chocantes. Uma grande quantidade de imagens de abuso sexual de crianças e jovens estão disponíveis on-line e crescem sem restrições.

O impacto deletério da pornografia nas mentes maleáveis das crianças é outro dano grave que a rede expõe. Compartilhamos a visão de uma internet acessível a todos. No entanto, acreditamos que esta também deve reconhecer o valor não negociável da proteção de todas as crianças.

Estes são enormes desafios, mas não podemos desistir ou reagir com desconforto. Precisamos trabalhar juntos para procurar soluções positivas para todos que possam promover a responsabilidade de todos. Devemos garantir que todas as crianças tenham acesso seguro à Internet para enriquecer sua formação, suas comunicações e seus relacionamentos.

As empresas que trabalham em novas tecnologias e governos assumiram um papel de liderança nesta batalha e devem gerar inovações contínuas para garantir uma melhor proteção para menores de idade. Devemos também exortar as famílias, os bairros, as comunidades em todo o mundo e as próprias crianças a estarem mais conscientes do impacto da Internet sobre os menores de idade.

Já temos plataformas poderosas e lideramos líderes mundiais que estão fazendo avanços significativos para a realização dessas aspirações. O Centre for Child Protection da Pontifícia Universidade Gregoriana realiza trabalhos de proteção internacional em 30 países e 4 continentes. A WePROTECT Global Alliance, fundada no Reino Unido, em parceria com a União Europeia e os Estados Unidos, reúne 70 nações, 23 empresas de tecnologia e muitas organizações

internacionais nesta batalha. As Nações Unidas estão conduzindo um esforço global para alcançar o Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável 16.2, para erradicar a violência infantil até 2030, especialmente através da parceria global "End Violence Against Children".

Este é um problema que não pode ser resolvido por uma nação, uma empresa ou uma religião por conta própria, é um problema global que requer soluções globais. Exige que construamos uma consciência generalizada e mobilizemos ações de todos os governos, religiões, todas as empresas e instituições.

Nesta era da internet, o mundo enfrenta desafios sem precedentes para proteger os direitos e a dignidade das crianças e protegê-las contra o abuso e a exploração. Esses desafios exigem uma nova maneira de pensar e novas abordagens, maior consciência global e liderança inspiradora.

A Declaração de Roma exige ação:

1 – Das autoridades mundiais, para que empreendam campanhas globais de conscientização para educar e informar as pessoas no mundo sobre a gravidade e extensão do abuso e exploração de crianças em todo o mundo e para incentivá-las a pedir a intervenção da parte dos líderes nacionais.

2 – Das autoridades das grandes religiões do mundo, para que informem e mobilizem os membros de todas as religiões para que se unam em um movimento global para proteger as crianças do mundo.

3 – Dos parlamentos em todo o mundo para que melhorem a legislação de modo a ter uma proteção mais efetiva dos menores e para que punam os infratores responsáveis pelo abuso e exploração das crianças.

4 – Dos líderes das empresas de tecnologia, para que se comprometam a desenvolver e implementar novas ferramentas e tecnologias para combater a proliferação de imagens de abuso sexual na internet e impedir a redistribuição de imagens de menores identificados como vítimas.

5 – Dos Ministérios da Saúde Mundial e Líderes das Organizações Não Governamentais, para que aumentem suas ações para salvar as vítimas mais jovens e melhorem os programas de cuidados para vítimas de abuso e exploração sexual.

6 – Das agências governamentais, da sociedade civil e das forças de ordem, para que trabalhem para melhorar o reconhecimento e identificação das vítimas e para que garantam sua ajuda para o grande número de vítimas de abuso infantil e exploração sexual ainda escondidas.

7 – Das forças de ordem no mundo, para que aumentem a cooperação local e global para melhorar o intercâmbio de informações no campo de investigação e aumentem os esforços de cooperação em relação aos crimes contra crianças que atravessam fronteiras nacionais.

8 – Das instituições médicas do mundo para que aumentem a formação dos profissionais de saúde para reconhecer os indícios de abuso e exploração sexual e que melhorem as modalidades de sinalização e de tratamento.

9 – Das instituições privadas e governamentais, para que aumentem recursos para profissionais no âmbito psiquiátrico e especialistas em outras formas de tratamento, a fim de aumentar os serviços de atendimento e reabilitação para crianças que foram abusadas e exploradas.

10 – Das autoridades com responsabilidades de saúde pública, para que promovam pesquisa sobre o impacto que a exposição à pornografia explícita e extrema exerce na saúde de crianças e adolescentes.

11 – Dos líderes de governos em todo o mundo, dos órgãos legislativos, das indústrias privadas e instituições religiosas, para que promovam e implementem técnicas para evitar que crianças e jovens tenham acesso a conteúdos da Internet de exclusivo acesso do público adulta.

12 – Dos governos, das indústrias privadas e das instituições religiosas, para que empreendam campanhas globais de conscientização para crianças e jovens para formá-los e fornecer-lhes as ferramentas necessárias para um uso seguro e responsável da Internet e para que seja evitado ferir tantos de seus coetâneos.

13 – Dos governos, indústrias privadas e instituições religiosas, para que empreendam iniciativas globais de conscientização para sensibilizar os cidadãos de todos os países e para que conscientizem sobre o abuso e a exploração sexual da criança e que os incentivem a denunciar casos de abuso e a exploração às autoridades competentes, caso as vejam, tomem conhecimento ou tenham a suspeita de que estão acontecendo.

Nesta era da internet, o mundo enfrenta desafios sem precedentes para proteger os direitos e a dignidade das crianças e protegê-las contra o abuso e a exploração. Esses desafios exigem uma nova maneira de pensar e novas abordagens, maior consciência global e liderança inspiradora. Por esta razão, esta Declaração de Roma invoca todos, para que todos se manifestem para defender a dignidade dos menores de idade.

Apresentado em 6 de outubro de 2017.